

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 40/2023-PGJ, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Altera a Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7 de dezembro de 2018.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo art. 10 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,

CONSIDERANDO a determinação proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010061-7,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 4º, § 1º, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

§ 1º A solicitação de autorização para o teletrabalho dependerá do preenchimento do Termo de Solicitação de Teletrabalho e do Plano de Trabalho Individual, respectivamente Anexos I e II desta Resolução, assim como do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo previsto na Política de Segurança Institucional, devendo o servidor juntar o relatório anual constante do SAJMP para análise da definição de metas a serem cumpridas." (NR)

Art. 2º O art. 8º, inciso VI, da Resolução nº 31/2018-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI - encaminhar relatório trimestral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ao superior hierárquico imediato acerca do cumprimento das atividades determinadas." (NR)

Art. 3º O Capítulo II da Resolução nº 31/2018-PGJ, passa a vigorar acrescido do art. 10-A, com a seguinte redação:

"Art. 10-A. Em casos de afastamento do servidor, o comparecimento presencial mensal obrigatório poderá ser reduzido, mediante autorização da chefia imediata, nas seguintes proporções:

I - mínimo de 3 (três) dias, para afastamentos de 5 (cinco) a 10 (dez) dias;

II - mínimo de 2 (dois) dias, para afastamentos de 11 (onze) a 15 (quinze) dias;

III - mínimo de 1 (um) dia, para afastamentos de 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. O servidor poderá ser dispensado do comparecimento mensal obrigatório, mediante autorização da chefia imediata, nos casos de afastamento superior a 20 (vinte) dias." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 14 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 41/2023-PGJ, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão da Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Mato Grosso do Sul (PGGTI/MPMS).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e XLI do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), instituída pela Resolução nº 171/2017-CNMP, de 27 de junho de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de alinhamento entre as ações de tecnologia da informação (TI) e o planejamento estratégico no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes que induzam o desenvolvimento e o nivelamento dos principais habilitadores de governança e gestão de TI na instituição, de forma a viabilizar a elevação do grau de maturidade em governança e gestão de TI,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DO OBJETO**

Art. 1º Fica instituída a Política de Governança e Gestão da Tecnologia da Informação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (PGGTI/MPMS).

Art. 2º A PGGTI/MPMS observará os conceitos, objetivos, princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades estabelecidos nesta Resolução, bem como as disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes.

§ 1º As normas gerais e específicas de governança e gestão do uso da tecnologia da informação (TI), emanadas no âmbito do MPMS, devem ser harmônicas com esta Resolução.

§ 2º A governança e gestão do uso da TI no âmbito do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) do MPMS será de responsabilidade de sua Coordenação e de sua Diretoria de Secretaria, aplicando-se no que couber a presente Resolução.

**CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS**

Art. 3º Para os efeitos da presente Resolução, considera-se:

I – acordo de nível de serviço (ANS): contrato, termo ou acordo entre o provedor de serviços de TI e seus clientes que descreve condições e garantias na prestação dos serviços de TI, documenta metas de qualidade e especifica as responsabilidades do provedor de serviços de TI e de seus clientes;

II – ativos de TI: quaisquer mecanismos ou dispositivos de *software* ou *hardware* que compõem a infraestrutura da rede do MPMS e que são utilizados como ferramenta de trabalho pelos usuários de TI, tais como aplicativos, sistemas, ferramentas de desenvolvimento, utilitários, os equipamentos computacionais, de comunicação, entre outros;

III – capacidade do processo: medida que afere se um processo está atingindo seus objetivos de acordo com critérios previamente definidos;

IV – catálogo de serviços de TI: banco de dados ou documento estruturado contendo informações sobre os serviços de TI ativos;

V – gestão de TI: gerenciamento da integração entre pessoas, processos e tecnologias, tanto no âmbito da unidade responsável pela TI quanto em relação às soluções em TI disponibilizadas para as unidades institucionais, com objetivo de viabilizar o provimento e o suporte de serviços de TI para atendimento de possíveis demandas, tendo em vista o custo e o desempenho que vierem a ser estabelecidos por ANS;

VI – governança de TI: consiste em estabelecer uma liderança, uma estrutura organizacional e um conjunto de processos que assegurem que a TI suporte e amplie os objetivos e as estratégias corporativas, mantendo riscos em níveis aceitáveis e em conformidade com atos normativos regulatórios internos e externos;

VII – habilitadores de governança e gestão: fatores que, individualmente e em conjunto, influenciam o funcionamento da governança e gestão TI e podem ser recursos organizacionais, tais como modelos, princípios, processos e cultura;



- VIII – incidente: interrupção ou redução da qualidade, não planejadas, de serviços de TI;
- IX – plano de continuidade: procedimentos documentados que orientam as organizações a responder a interrupções, de modo recuperar os serviços de TI, restaurando-os para um nível predefinido de operação, após a interrupção;
- X – portfólio de TI: conjunto formado por todos os serviços de TI prestados e pelos projetos de TI em andamento;
- XI – serviço de TI: uma ou mais soluções de TI que habilita(m) um processo de negócio.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 4º A PGGTI tem por objetivo geral assegurar o alinhamento das práticas de governança, gestão e do uso de TI com as estratégias institucionais do MPMS, observados os seguintes objetivos específicos:

- I – contribuir para o cumprimento da missão do MPMS e para a melhoria dos resultados institucionais em benefício da sociedade;
- II – prover mecanismos de transparência e controle da governança, da gestão e do uso de TI;
- III – estabelecer princípios e diretrizes para planejamento e organização de TI em todas as atividades relacionadas ao provimento, à gestão e ao uso de soluções de TI;
- IV – definir papéis e responsabilidades das instâncias de governança e gestão de TI;
- V – assegurar que os riscos de TI estejam dentro de limites aceitáveis, reduzindo eventuais impactos nas atividades institucionais.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES

Art. 5º A governança e gestão de TI observarão as seguintes diretrizes:

- I – as ações de governança e gestão de TI devem ser um desdobramento da estratégia da instituição e prover a sustentação de serviços, infraestruturas e aplicações para o apoio dos processos de negócio;
- II – a governança e a gestão de TI devem utilizar instrumentos de avaliação, direção e monitoramento, observando as recomendações propostas por modelos reconhecidos internacionalmente;
- III – os direcionamentos necessários para o cumprimento da governança e da gestão de TI que não estejam apresentados nesta Resolução devem ser estabelecidos por normas, políticas e planos específicos;
- IV – a governança e a gestão de TI devem fomentar a cultura da gestão por processos e da gestão de competências técnicas de TI;
- V – deve ser estabelecida uma estruturação adequada das instâncias de governança e gestão de TI.

Art. 6º O planejamento de TI observará as seguintes diretrizes:

- I – elaboração e manutenção de planos de TI que contemplem objetivos de curto, médio e longo prazos, alinhados aos objetivos estratégicos definidos no plano estratégico institucional;
- II – definição de indicadores e fixação de metas para avaliação do alcance dos objetivos estabelecidos;
- III – ampla participação das unidades organizacionais na elaboração dos planos de TI;
- IV – alinhamento entre as ações de governança e gestão de TI;
- V – transparência na execução dos planos de TI.

Art. 7º O provimento, a gestão e o uso de soluções de TI observarão as seguintes diretrizes:

- I – coordenação centralizada das iniciativas para atendimento das necessidades institucionais relacionadas à TI;
- II – integração entre a TI e as unidades organizacionais por meio do diálogo permanente e da adoção de linguagem de entendimento comum;
- III – formulação de propostas de provimento de soluções de TI adequadas às necessidades e às estratégias institucionais e compatíveis com a capacidade operacional disponível ou concretamente prevista;
- IV – alocação de recursos para provimento de soluções de TI baseada em critérios de priorização conforme as estratégias institucionais;
- V – gestão de soluções de TI baseada em ANSs firmados entre a TI e o demandante;
- VI – estabelecimento de suporte aos usuários de TI de modo a atender às necessidades de uso das soluções.

CAPÍTULO V DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES



Seção I

Da implantação da PGGTI

Art. 8º Serão responsáveis pela coordenação, pela implantação e pela gestão da PGGTI/MPMS as seguintes instâncias institucionais:

- I – o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI);
- II – a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
- III – o Departamento de Governança de TI (DGOV);
- IV – a Comissão do Projeto de Implantação da Governança de TI (CPIG).

Parágrafo único. O Diretor da STI solicitará, quando necessária, a designação de outros servidores da referida secretaria para apoiar as instâncias citadas nos incisos deste artigo na execução das atribuições estabelecidas nesta Resolução.

Seção II

Da governança de TI

Art. 9º O CETI é a instância de governança de TI.

§ 1º As atribuições e a composição do CETI estão descritas em resolução própria do Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O CETI prestará contas do cumprimento da PGGTI à instância da governança corporativa da instituição.

Seção III

Da gestão de TI

Art. 10. A gestão de TI compete à STI e inclui:

- I – monitorar periodicamente o andamento dos projetos, reportando os resultados ao CETI;
- II – prestar contas periodicamente ao CETI sobre o desempenho e a conformidade das ações de TI;
- III – gerir as aquisições e os contratos de TI e avaliar o desempenho e os riscos dos fornecedores atuais;
- IV – gerir e contabilizar os custos de TI em função dos serviços prestados;
- V – exercer outras atividades compatíveis com sua finalidade.

Seção IV

Da gestão dos macroprocessos de TI

Art. 11. A gestão dos macroprocessos de TI compete ao DGOV e inclui:

- I – regulamentar os macroprocessos de TI por meio de políticas, normas e procedimentos próprios;
- II – coordenar a implantação dos macroprocessos de TI;
- III – assegurar a conformidade dos macroprocessos de TI;
- IV – avaliar, com periodicidade mínima bienal, a evolução da maturidade dos macroprocessos de TI.

Seção V

Dos macroprocessos de TI

Subseção I

Dos macroprocessos essenciais

Art. 12. Devem ser instituídos, pelo menos, os seguintes macroprocessos de TI, cuja governança será exercida pelo CETI:

- I – portfólio, programas e projetos de TI;
- II – riscos de TI;
- III – serviços de TI;
- IV – continuidade dos serviços de TI;
- V – sistemas de informação;
- VI – infraestrutura de TI;
- VII – segurança da informação nos ativos de TI.

Subseção II

Da gestão dos portfólios, programas e projetos de TI



Art. 13. A regulamentação da gestão de portfólios, programas e projetos de TI contemplará:

- I – mecanismos eficientes de planejamento, execução e controle;
- II – minimização de riscos;
- III – manutenção de custos, prazos e qualidade planejados.

Art. 14. A gestão do portfólio de TI contemplará:

- I – seleção de projetos e serviços alinhados aos objetivos estratégicos;
- II – modelo de priorização na alocação dos recursos;
- III – monitoramento do desempenho e da entrega dos projetos e serviços;
- IV – alcance dos benefícios previamente acordados.

Subseção III

Da gestão dos riscos de TI

Art. 15. A regulamentação da gestão dos riscos de TI, nos seus serviços essenciais, contemplará:

- I – estabelecimento do contexto;
- II – identificação de riscos;
- III – análise de riscos;
- IV – avaliação de riscos;
- V – tratamento dos riscos;
- VI – monitoramento e análise crítica;
- VII – comunicação e consulta;
- VIII – planos de tratamento;
- IX – matriz de responsabilidades.

Subseção IV

Da gestão dos serviços de TI

Art. 16. A regulamentação da gestão dos serviços de TI contemplará:

- I – gestão do catálogo de serviços, incluindo a dos ANSs;
- II – classificação dos serviços em essenciais e críticos, em função do suporte aos processos de negócio;
- III – Central de Serviços de TI;
- IV – gestão de incidentes;
- V – solicitações de serviço;
- VI – gestão de problemas;
- VII – participação de representante dos usuários na gestão dos ANSs.

§ 1º Para cada serviço do catálogo de que trata o inciso I, deverá ser formalmente designado um comitê gestor, quando possível, para monitorar a qualidade, os riscos, os custos e o desempenho dos serviços e, quando não houver uma designação formal para um serviço específico, o CETI assumirá o papel do comitê gestor com essa finalidade.

§ 2º O catálogo de serviços deverá identificar, em função do suporte aos processos de negócio, os serviços que são essenciais e os que são críticos.

Subseção V

Da gestão da continuidade dos serviços de TI

Art. 17. A regulamentação da gestão da continuidade dos serviços contemplará:

- I – análise de impacto;
- II – definição de estratégias;
- III – desenvolvimento de plano de continuidade dos serviços de TI essenciais, incluindo testes e revisões periódicas.

Subseção VI

Da gestão dos sistemas de informação

Art. 18. A regulamentação da gestão dos sistemas de informação contemplará:

- I – gestão de requisitos, de desenvolvimento, de manutenção, de testes, de homologação e de implantação;
- II – envolvimento da área de negócio;



III – testes e homologações;

IV – transferência de conhecimento para as equipes de operação e usuários finais.

Subseção VII

Da gestão da infraestrutura de TI

Art. 19. A regulamentação da gestão da infraestrutura de TI contemplará:

I – quanto às mudanças:

- a) registro, avaliação e aprovação das mudanças;
- b) prévia comunicação aos usuários impactados;

II – controle e gestão dos itens de configuração e dos ativos de TI.

Parágrafo único. Caberá ao comitê gestor de que trata o § 1º do art. 16 aprovar e priorizar as mudanças de grande impacto nos serviços de TI, levando-se em consideração os riscos de TI identificados.

Subseção VIII

Da gestão da segurança da informação nos ativos de TI

Art. 20. A regulamentação da gestão de que trata o art. 16 buscará garantir que os ativos críticos, os riscos, as ameaças, as vulnerabilidades e os incidentes de segurança sejam identificados, monitorados e priorizados por meio de controles efetivos.

Art. 21. O macroprocesso de gestão de segurança da informação nos ativos de TI contemplará a continuidade dos serviços de TI e o uso dos ativos de TI.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Deverão ser desenvolvidas e implantadas estratégias de:

- I – sensibilização da instituição quanto à importância da governança e da gestão do uso da TI para o alcance dos objetivos estratégicos;
- II – comunicação visando ampliar a participação e a transparência das diversas ações relacionadas à TI na instituição;
- III – treinamento contínuo dos usuários em serviços de TI.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 14 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6101/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Batayporã no período de 30.10 a 18.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6083/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 3 (três) dias de folga compensatória no período de 8 a 10.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas dos XXVIII e XXIX Concursos Públicos de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2018, 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6105/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Pedro Gomes nos dias 13 e 14.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6084/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 11 e 12.1.2024, por ter coadjuvado a 8ª Zona Eleitoral nas eleições de 2020 e 2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6085/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 13 e 14.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6106/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Zona Eleitoral nos dias 13 e 14.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6086/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 1 (um) dia de folga compensatória no dia 15.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6087/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 13 e 14.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6088/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6098/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande, conforme segue:

MEMBRO	DATA
Nicolau Bacarji Junior	14.11.2023
Oscar de Almeida Bessa Filho	16.11.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6099/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 10.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6100/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações nos dias 16 e 17.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupe; e tornar sem efeito a Portaria nº 5868/2023-PGJ, de 30.10.2023, que designou a Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6102/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela Promotoria de Justiça da comarca de Sonora, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, conforme quadro abaixo.

MEMBRO	PERÍODO
Maurício Mecelis Cabral	30.10 a 10.11.2023
Daniel Higa de Oliveira	11 a 18.11.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6103/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 26ª Zona Eleitoral, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, conforme quadro abaixo.

MEMBRO	PERÍODO
Maurício Mecelis Cabral	30.10 a 10.11.2023
Daniel Higa de Oliveira	11 a 18.11.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6104/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado nos dias 13 e 14.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6089/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000368, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00010763-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6090/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000369, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Thiago de Souza da Silva; Analista; 3.1) Suplente – Geisa Jacob Gomes de Almeida, Analista (PGA nº 09.2023.00008795-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6091/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005176, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Karla Karoline Assumpção Cavalcante, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas (PGA nº 09.2023.00011361-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6092/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000370, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia; 3.1) Suplente – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil (PGA nº 09.2023.00010298-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6093/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005151, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00008131-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6108/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000374, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00011355-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6109/2023-PGJ, DE 13.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE005209 e 2023NE005210, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Thyago Gonçalves Vieira, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo da ESMP (PGA nº 09.2023.00011644-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6110/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000378, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00011358-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6111/2023-PGJ, DE 13.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000373, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2023.00009261-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1331/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Christiane de Alencar, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1332/2023/PGJ, DE 27.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio André David Medeiros, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1333/2023/PGJ, DE 27.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1334/2023/PGJ, DE 27.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Élcio Félix D' Angelo, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.1.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	31.1 a 9.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1338/2023/PGJ, DE 27.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo César Zeni, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 6035/2023-PGJ, DE 8.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Greyce Kelly Gomes Santiago, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 16.10 a 4.11.2023, em razão de afastamento da servidora Adriana Lima Gonçalves Chervis.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1432/2023/PGJ, DE 13.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 6.11.2023, as férias do servidor Diego Bueno Ferraz de Moura, concedidas por meio da Portaria nº e-917/2023-PGJ, de 2.8.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 26.4.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1439/2023/PGJ, DE 14.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tatiana Armoa Machado, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 7 a 14.11.2023, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1440/2023/PGJ, DE 14.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Jose Ricardo Barbosa Mendes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.1.2024 e de 4 a 13.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1441/2023/PGJ, DE 14.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Alex Hernandez Barboza, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2024, de 17 a 26.6.2024 e de 16 a 25.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1442/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Jose Carlos Pires Goncalves Segundo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.1.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-1443/2023/PGJ, DE 14.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Jean Haeffner Machado, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.12.2024 e de 8 a 17.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-1444/2023/PGJ, DE 14.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Ana Paula Perusso de Lima, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1445/2023/PGJ, DE 14.II.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Alexandre Mendes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1446/2023/PGJ, DE 14.II.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Karolina Armoa Stegun, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.1 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1447/2023/PGJ, DE 14.II.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Geovani de Paula Santana, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.1 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1448/2023/PGJ, DE 14.II.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Maria Aparecida Gomes Bispo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024 e de 20 a 29.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-1449/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Wanessa da Conceição Teixeira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.9 a 21.10.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-1450/2023/PGJ, DE 14.11.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 13.11.2023, as férias da servidora Thaynara Garcia de Souza, concedidas por meio da Portaria nº e-271/2023-PGJ, de 14.3.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 14 a 16.2.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



COMISSÃO DE CONCURSO

EDITAL Nº 23/2023/COC/MPMS

LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DAS PROVA ORAIS

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** e Presidente da Comissão do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA os locais, as datas e os horários de realização das provas orais** do referido certame, nos seguintes termos:

Art. 1º As provas orais, de caráter eliminatório, serão compostas pela prova de tribuna e arguição sobre as seguintes disciplinas: **a)** Direito Penal; **b)** Direito Processual Penal; **c)** Direito Civil; **d)** Direito Processual Civil; **e)** Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos; **f)** Direito Constitucional e Direitos Humanos; **g)** Direito Administrativo e Direito Eleitoral, conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022 e subitem 18.2.1 do Edital nº 1/2022/COC/MPMS e **serão realizadas no período de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2023**, na cidade de Campo Grande/MS, conforme veiculado no Edital nº 19/2023/COC/MPMS, nos seguintes locais e horários, observado o horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul :

- **Prova de Tribuna: Dias 27 e 28 de novembro de 2023, a partir das 8h30min** – Local: Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 - Parque dos Poderes – Campo Grande/MS - CEP: 79031-907
- **Dia 29 de novembro de 2023:** Data reservada à Comissão do Concurso.
- **Provas Orais: Dia 30 de novembro de 2023, a partir das 7h** - Local: UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB – CAMPUS 2, Rua Barão do Rio Branco, 1811 – Centro – Campo Grande/MS – CEP: 79.117-900 – Bloco Único.
- **Dia 1º de dezembro de 2023:** Data reservada à Comissão do Concurso.

Art. 2º Os candidatos deverão chegar ao local das provas com, no mínimo, uma hora de antecedência em relação ao horário estabelecido, trajados de forma compatível com a tradição forense, munidos do documento de identidade com fotografia recente.

Art. 3º Durante a realização das provas, não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos, nem o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico, de comunicação ou de gravação, ou qualquer outro aparelho de armazenamento de dados, bem como protetores auriculares.

Art. 4º É vedado aos candidatos ainda não examinados, mesmo que sejam arguidos em dias posteriores, assistirem tanto as provas orais de tribuna quanto as provas orais consistentes na arguição sobre as disciplinas, sob pena de imediata exclusão do Concurso.

Art. 5º Os candidatos deverão comparecer na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, **no dia 24 de novembro de 2023, às 14 horas**, observado o horário oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, para receberem, mediante protocolo, cópia dos autos do processo-crime de competência do Tribunal do Júri a ser utilizado na Prova de Tribuna, nos termos do §6º do artigo 47 da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022, e subitem 18.2.6 do Edital nº 1/2022/COC/MPMS.

Parágrafo único. No mesmo dia e horário, será realizado o sorteio público da ordem cronológica de arguição dos candidatos habilitados às provas orais, conforme o disposto no §5º do artigo 47 da Resolução nº 2/2022-CSMP, de 20.4.2022, e subitem 18.2.5 do Edital nº 1/2022/COC/MPMS.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 14 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Comissão de Concurso

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 115/2023-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o candidato regularmente convocado que **manifestar o interesse** no estágio deverá apresentar os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**), **até o dia 23 de novembro de 2023**, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO)**.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FERNANDA DE MORAIS PEREIRA	1	
DAVID RIBEIRO DE ASSIS	2	
LUANA DE SOUZA CARDOSO	3	1
GABRIELY TONATTO POTT	4	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BATAGUASSU

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ADRIELLY VITORIA LOPES DE ASSIS	1	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BONITO

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LAURA NASCIMENTO DE LIMA	1	
AMANDA NASCIMENTO DE LIMA	2	

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
RODRIGO PALHANO DE ALMEIDA	1	
FABIO RODRIGUES DE MOURA FÉ	2	
JOÃO FABRÍCIO DIONIZIO DOS SANTOS	20	1*
CAROLINA DE ALMEIDA NOGUEIRA	3	
JULIANA VASLIN DE FREITAS SILVA	98	1**
JORGE HENRIQUE GENOVES ALVES AVELINO	30	2*
JOAO CARLOS DE OLIVEIRA	4	
AMANDA ESCANDOLHERO URICE	5	
JOÃO VICTOR OLIVEIRA D	88	3*
ANA LUIZA FELIPE CATARINO	6	
JOÃO PEDRO SAKITA OBERLAENDER TOLEDO JORGE	7	



GEOVANA MACHADO VIEIRA	106	4*
VITOR EMANUEL GOMES DE ARANTES	8	
JOÃO VÍCTOR BIGATÃO DA SILVA	9	
HENRIQUE TOLEDO ROCHA	109	5*
DANIELA TIODOSIO ANTUNES	10	
KARLA SILVA SOUZA	132	1***
THAMIRES RODRIGUES DOS SANTOS	115	6*
MARIA EDUARDA CAFURE QUEIROZ	11	
RAFAEL CHAPARRO DE CARVALHO	12	
EVELIN RENATA NUNES JOVIO	122	7*
ANA LUISA PACHECO	13	
LARISSA MARTINS AQUINO SMANIOTTO	14	
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA VILELA	124	8*
MARIA RITA LOPES DE MENESES	15	

*Candidatos negros

**Candidatos com deficiência

***Candidatos indígenas

1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOAO BARBOSA SILVA	1	
ANA JÚLIA GONTIJO	2	

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANA CAROLINA BRAVO RIBEIRO CAVASSA	1	
ADRIANO AURÉLIO DA SILVA OJEDA	2	
LARA RODRIGUES PONHEZ NECO	3	
MARIA EDUARDA NOBRE MENDES	4	

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIEL FLORENCIANO FERREIRA	1	
ALBERTO MESSIAS LEON DE ALENCAR	2	
GUSTAVO VINÍCIUS DA SILVA RAMOS	5	1*

*Candidatos negros

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BEATRIZ ANTONIASSI RODRIGUES	1	

1.9 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IGUAATEMI

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
TOBIAS SOUZA TORRES	1	

1.10 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ITAPORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA IZABELY BARROS MENDES	1	



1.11 COMARCA DE ITAQUIRAÍ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BIANCA ROSA DA SILVA	1	

1.12 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IVINHEMA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BERNARDO VIEIRA BISPO	1	

1.13 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MARACAJÚ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUCAS NASORI DE GODOY	1	
LARA FLÁVIA SIGNORI CARDOSO	2	

1.14 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MUNDO NOVO

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIEL SOARES ZORZAN AZAMBUJA	1	
AMANDA BEATRIZ FERREIRA	2	1*
LUCAS MATEUS DE SÁ AMARAL	3	2*

*Candidatos negros

1.15 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NAVIRAI

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
THAMYRIS NISHINO SILVA	1	
ISABELA BARBOSA LEITE	2	

1.16 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIANA SARAMAGO AMBRÓSIO SOARES	1	
EMILY GUIMARÃES CARVALHO	2	
RODRIGO ARAUJO DA SILVA	4	1*
GIOVANA LIMA ORSATI RODRIGUES	3	

*candidatos negros

1.17 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ISABELLE COSTA DE OLIVEIRA	1	
ISABELLI MARINO DIAS	2	

1.18 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NATÁLYA GONDIM FERREIRA	1	
AMANDA LOPES PEREIRA	2	
ANA CAROLINA SIQUEIRA DOS SANTOS	3	
EMILY LEQUE BONFIM	4	

**1.19 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BRUNO WOUTERS BRAGA	1	

1.20 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA EDUARDA BATISTA PINHEIRO		
LYAN RAMOS DA COSTA		
BRENDA MATOS DOS SANTOS		
MIRIELLY ALINE DE ANDRADE WEIGNER		

1.21 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
SAYANE MATHEUS DA SILVA		
RAFAEL BIAGI DA COSTA		

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso. HISTORICO ACADÊMICO

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 9 8478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 14 de novembro de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 116/2023-GED****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os residentes jurídicos** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e da Admissão”, item 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) **que manifestar o interesse** na residência deverá apresentar a documentação constante no edital supracitado, e no item 2 deste aviso **(RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO)**, até o dia 23 de novembro de 2023, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (RESIDÊNCIA).**

1.CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – RESIDÊNCIA JURÍDICA**1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ATALIA DA SILVA GONÇALVES	1	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BATAGUASSU

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FABRICIO DE SÁ SOUZA	1	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JOÃO VÍTOR GOMES DE REZENDE	1	
ARTHUR BERNARDES DOS SANTOS	2	
EVERTON FERNANDO DINIZ DOS SANTOS	20	1*
TARISSA IZABELLE DOS SANTOS FERREIRA	3	
ADRIANA DOMINGUES DOS SANTOS	56	1**
MARIA GABRIELA SOUZA DE OLIVEIRA	60	2*
JÉSSICA SOUZA ALBUQUERQUE	4	
RAFAELA GOBBO MARCONDES CARMELLO	5	
MARIA ISADORA DE OLIVEIRA SILVA	69	3*
LOUYSE RABELO BENITES	6	
MATHEUS BRANDÃO DA SILVA	7	

*Candidatos negros

**Candidatos com deficiência

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
DENISE CAROLINE FREIRE	1	
HAYANA FARDIM DA GAMA	2	



1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COXIM

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ELENA MARIANA CAMARGO FLORENCIO	1	
GEOVANNA IRENE ZITA MARIN ANDERSON BARROS	2	

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BRUNO NUNES VIANNA DO PRADO	1	
THIAGO VIECELI FABIANO	2	
MARESSA SOARES RIBEIRO	15	1 *

*Candidatos negros

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IGUAATEMI

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PABLO YURI RUIZ ROBALDO	1	

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IVINHEMA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
THAMÍRES PRENDA TEIXEIRA	1	

1.9 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MARACAJU

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUCAS DE OLIVEIRA ANTUNES	1	
LETÍCIA DE LIMA GIMENEZ	2	

1.10 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CASSILA BORGES DA SILVA	1	1 ***

***Candidatos indígenas

1.11 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
DIANA PAULA AJONAS ROCHA	1	
ISABELLE MAGALHÃES ALVES	2	1 *

*Candidatos negros

1.12 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PORTO MURTINHO

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MAIARA PEREIRA COSTENARO	1	

1.13 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIELA PEREIRA DA SILVA COUTINHO	1	



1.14 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
AIRTON LISSARAÇA NANTES	1	
LAURA DARAGO DO CARMO	2	1*

*Candidatos negros

1.15 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUCAS LIMA COSTA	1	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução n.º 53/2022-PGJ (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários/Residentes);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CNMP nº 246.
Tendo mais de 5 anos de formado, apresentar declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as seguintes informações: a) datas de início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA RESIDÊNCIA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 14 de novembro de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 59/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00010213-7

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Associação de Recicladores de Lixo Eletro Eletrônico de Mato Grosso do Sul, representada pela Presidente, Aparecida Simão Paulon

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 17 de outubro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Binóculo	1
2	Serra elétrica	1
3	Aparelho telefônico	10
4	Câmera digital	8
5	Calculadora	2
6	Identificador de chamada	7
7	Hidrolavadora	1
8	Fragmentadora	1
9	Notebook	7
10	Aparelho televisor	1
11	Relógio protocolador	1
12	Impressora de etiqueta	3
13	Fone de ouvido	2
14	Telefone	2
15	Aparelho fax símile	1
16	Cafeteira elétrica	2
17	CPU	6
18	Microcomputador	9
19	GPS	1
20	Nobreak	2
21	Umificador	23
22	Monitor	21
23	Gravador digital	10
24	Microfone	2
25	Leitor código de barras	5
26	Scanner	9
27	Microcâmera	1
28	Biblioteca de fita	1
29	Caixa de som	9
30	Leitor biométrico	3
31	Fogão	2
32	Microondas	4
33	Transceiver	1
34	Filmadora	1
35	Tripé	1
36	Desktop	1
37	Grampeador elétrico	1



38	Disco Flash SSD	6
39	Sistema cerca elétrica	1
40	Esfignanômetro	1
41	Esmerilhadeira	2
42	Terminal inteligente	10
43	Cooktop	1
TOTAL DE ITENS		184

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 64/2023

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00011432-2

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Biana Karina Barros da Costa

Donatário: Associação dos Pais e Mestres da Escola Municipal Prof. Eulalia Neto Lessa, representada por sua Presidente Cristiane Camilo de Pinho

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 6 de novembro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Notebook	1
2	Monitor de LCD	5
3	Impressora Laser	1
4	Unidade de Processamento - CPU	5
TOTAL DE ITENS		12

SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTARIA Nº 6113/2023-PGJ, DE 14.11.2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Tornar pública, conforme o Anexo desta Portaria, a relação das diárias pagas no período de 1º a 31.10.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



DIÁRIAS PAGAS AOS SERVIDORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NO MÊS DE OUTUBRO/2023

Amparo legal: Resoluções nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, e nº 003/2011-PGJ, de 21 de março de 2011.

Processo	Nome	Cargo	Período	Trecho	Transporte	Motivo	Valor da Passagem	Nº diárias	Valor total diárias
071119032023	Marcos Roberto Dietz	Promotor de Justiça	23 a 27.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar do curso de Inteligência do Ministério Público	-	5	R\$ 5.951,75
071120552023	Marcos Neves Papi	Auxiliar / Motorista	25 a 27.9.2023	Campo Grande - Camapuã, Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Brasilândia, Bataguassu, Anaurilândia, Batayporã, Nova Andradina, Ivinhema e Angélica - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	2,5	R\$ 964,55
071120562023	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	25 e 26.9.2023	Campo Grande - Sidrolândia e Ivinhema - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais utilizados na manutenção predial	-	1,5	R\$ 578,73
071120582023	Tiago Di Giulio Freire	Promotor de Justiça	23.8.2023	Campo Grande - Ribas do Rio Pardo - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar atividades junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco)	-	0,5	R\$ 416,62
071120812023	Antenor Ferreira de Rezende Neto	Promotor de Justiça	23 a 27.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar do curso de Inteligência do Ministério Público	-	5	R\$ 5.951,75
071120462023	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	25 a 27.9.2023	Campo Grande - Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes, Rio Negro e Sonora - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	2,5	R\$ 964,55
071115362023	Nadson Soares de Oliveira	Diretor da Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução	27 a 29.9.2023	Campo Grande - Maceió/AL - Campo Grande	Avião	Participar do Encontro da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis)	R\$ 4.438,91	2,5	R\$ 1.688,00
071119702023	Cenir Teodoro Vieira	Analista / Engenharia Florestal	4 a 6.10.2023	Campo Grande - Bodoquena e Aquidauana - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 2.522 e 3.421	-	2,5	R\$ 1.205,70
071119722023	Luís Henrique Zaidan Blecha	Analista / Engenharia Agrônoma	4 a 6.10.2023	Campo Grande - Bodoquena e Aquidauana - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 2.522 e 3.421	-	2,5	R\$ 1.205,70
071120212023	Marcio Fernando Cardoso	Auxiliar / Motorista	25 a 29.9.2023	Campo Grande - Coxim, Cassilândia, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Três Lagoas e Bataguassu - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Carlos Eduardo Rodrigues dos Santos, Ueslei Gomes e Rodrigo Lescano de Paula para realizarem as manutenções necessárias nos prédios das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
071120262023	Elias Vitorino Filho	Auxiliar / Motorista	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Chapadão do Sul e Cassilândia - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar troca do mobiliário dos prédios das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
071120452023	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	25 a 27.9.2023	Campo Grande - Rio Brillante, Itaporã, Caarapó, Itaquiraí, Eldorado, Amambai, Naviraí, Sete Quedas, Fatima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis e Mundo Novo - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	2,5	R\$ 964,55
071120482023	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	25 a 29.9.2023	Campo Grande - Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porã, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Anastácio, Miranda, Corumbá, Bonito, Jardim, Bela Vista e Dourados - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais de consumo e expediente	-	4,5	R\$ 1.736,19
071120542023	Marcos Neves Papi	Auxiliar / Motorista	22.9.2023	Campo Grande - Coxim - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal (Gaep), Jiskia Sandri Trentin, para realizar inspeção conjunta em estabelecimento penal	-	0,5	R\$ 192,91
071120602023	Reginaldo da Silva Bandeira	Chefe do Núcleo de Atendimento e Suporte	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Cassilândia - Campo Grande	Veículo oficial	Desinstalar e instalar equipamentos de informática	-	4,5	R\$ 1.736,19
071121592023	Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar / Motorista	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Chapadão do Sul e Cassilândia - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Elias Vitorino Filho e Reginaldo da Silva Bandeira para acompanharem troca do mobiliário dos prédios das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
071121612023	Waleria Silva Leite	Assessora de Comunicação	22.9.2023	Campo Grande - Coxim - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do Gaep, Jiskia Sandri Trentin, para realizar inspeção conjunta em estabelecimento penal	-	0,5	R\$ 241,14
071121662023	Bruno Dantas Sanchez	Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do	26 a 29.9.2023	Campo Grande - Três Lagoas - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviços de manutenção predial	-	3,5	R\$ 1.687,98

		Patrimônio							
071121882023	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	21.9.2023	Aquidauana - Campo Grande - Aquidauana	Veículo particular	Realizar atividades junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gacep)	-	1	R\$ 1.017,75
071116032023	Paulo César Zeni	Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional	19 e 20.10.2023	Campo Grande - Florianópolis/SC - Campo Grande	Avião	Participar do encontro Estratégico Anual do Sistema SAJMP	R\$ 2.010,23	2	R\$ 2.255,40
071121802023	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	1º.9.2023	Aquidauana - Campo Grande - Aquidauana	Veículo particular	Participar do evento "Recurso no Âmbito dos Tribunais Superiores"	-	0,5	R\$ 508,88
071121812023	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	5.9.2023	Aquidauana - Campo Grande - Aquidauana	Veículo particular	Realizar atividades junto ao Gacep	-	0,5	R\$ 508,88
071120872023	Evandro Silva Toledo	Assistente Militar	21 e 22.9.2023	Campo Grande - Coxim - Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	2	R\$ 771,64
071121002023	Gilmar Alexandre Souza Fay	Policial Militar	21 e 22.9.2023	Campo Grande - Coxim - Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	2	R\$ 771,64
071122312023	Anderson Fernandes	Auxiliar / Motorista	26 a 29.9.2023	Campo Grande - Três Lagoas - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Dantas Sanchez e funcionários terceirizados da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	3,5	R\$ 1.350,37
079118562023	Alyne Chaves Cruz	Analista / Psicologia	19 a 23.9.2023	Ponta Porã - Campo Grande - Ponta Porã	Valor em pecúnia (3º do art. 10 da Resolução n. 32/2023-PGJ, de 14.8.2023)	Participar da IV Jornada de Prevenção ao Suicídio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	R\$ 274,44	4	R\$ 1.929,12
079120992023	Jollivan Almeida Portela	Assistente Militar	21 e 22.9.2023	Campo Grande - Coxim - Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	2	R\$ 771,64
079121822023	Paulo Jorge Alves Praça	Auxiliar / Motorista	25.9.2023	Dourados - Caarapó e Ponta Porã - Dourados	Veículo oficial	Conduzir o servidor Ronaldo Guimarães de Ávila Júnior para instalar equipamentos de informática	-	0,5	R\$ 192,91
071015502023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.070/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010155-0	-	2	R\$ 771,64
071015502023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.070/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010155-0	-	2	R\$ 771,64
071015502023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.070/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010155-0	-	2	R\$ 771,64
071015502023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.070/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010155-0	-	2	R\$ 771,64
071031582023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.075/2023/PGA-ADM, de 28.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010315-8	-	5	R\$ 1.929,10
071031582023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.075/2023/PGA-ADM, de 28.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010315-8	-	5	R\$ 1.929,10
071026812023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.073/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010268-1	-	3	R\$ 1.157,46
071026812023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.073/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010268-1	-	3	R\$ 1.157,46
071026372023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.072/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010263-7	-	5	R\$ 1.929,10
071026372023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.072/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010263-7	-	5	R\$ 1.929,10
071026372023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.072/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010263-7	-	5	R\$ 1.929,10
071026372023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.072/2023/PGA-ADM, de 27.9.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010263-7	-	5	R\$ 1.929,10
079122272023	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	Promotora de Justiça do Núcleo Criminal	17 e 18.8.2023	Campo Grande - Dourados - Campo Grande	Veículo oficial	Participar do encontro regional do MPMS em Dourados sobre atuação resolutive no acordo de não persecução penal (ANPP) e no acordo de não persecução cível (ANPC)	-	1,5	R\$ 1.249,86
079122342023	Tiago Di Giulio Freire	Promotor de Justiça	16.8.2023	Campo Grande - Ribas do Rio Pardo - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar atividades junto ao Gaeco	-	0,5	R\$ 416,62
079122932023	Jean Carlos Piloneto	Promotor de Justiça	27.9.2023	Rio Negro - Água Clara - Rio Negro	Veículo particular	Participar de audiências e realizar vistoria técnica em casa de acolhimento	-	0,5	R\$ 508,88
079122962023	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	27.9.2023	Paranaíba - Inocência - Paranaíba	Veículo oficial	Manifestar-se em processos e procedimentos e participar de reunião com o Prefeito Municipal, representantes da	-	0,5	R\$ 282,71



						Secretaria de Estado de Educação e pais de aluno			
079122322023	Rafael Cezar Cavaretto	Analista / Biologia	4 e 5.10.2023	Campo Grande - Corumbá - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica requerida na Solicitação de Apoio Técnico nº 3.840	-	1,3	R\$ 626,96
079122452023	Anderson Teodoro	Analista / Engenharia Ambiental	4 e 5.10.2023	Campo Grande - Corumbá - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica requerida na Solicitação de Apoio Técnico nº 3.840	-	1,3	R\$ 626,96
079122852023	Milton Estevão Corrêa	Auxiliar / Motorista	4 e 5.10.2023	Campo Grande - Corumbá - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Anderson Teodoro e Rafael Cezar Cavaretto para realizarem vistoria técnica requerida na Solicitação de Apoio Técnico nº 3.840	-	1,3	R\$ 501,57
079122982023	Renato Adimilson Cavalheiro	Auxiliar / Motorista	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Chapadão do Sul e Cassilândia - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar e recolher materiais permanentes	-	4,5	R\$ 1.736,19
079118892023	Fabírcia Barbosa Lima	Promotora de Justiça do Núcleo da Infância e da Juventude	9 a 11.10.2023	Dourados - Manaus/AM - Dourados	Avião	Participar da IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)	R\$ 5.387,16	3	R\$ 3.213,93
079120032023	Tiago Di Giulio Freire	Promotor de Justiça	5 e 6.10.2023	Campo Grande - São Paulo/SP - Campo Grande	Avião	Participar de reunião ordinária do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCO)	R\$ 2.495,27	2	R\$ 2.142,64
079121892023	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	25.9.2023	Aquidauana - Campo Grande - Aquidauana	Veículo particular	Participar do evento "Setembro Amarelo: Sua Vida Importa"	-	0,5	R\$ 508,88
079123462023	Andréa de Souza Resende	Promotora de Justiça	26.9.2023	Ponta Porã - Antônio João - Ponta Porã	Veículo particular	Realizar inspeção em instituição de acolhimento de crianças e adolescentes e participar de reunião com representantes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's)	-	0,5	R\$ 395,79
079123482023	Andréa de Souza Resende	Promotora de Justiça	28.9.2023	Ponta Porã - Aral Moreira - Ponta Porã	Veículo particular	Realizar inspeção em serviço de acolhimento de crianças e adolescentes e participar de reunião com representantes do CMDCA	-	0,5	R\$ 452,33
079123702023	Fabírcia Barbosa Lima	Promotora de Justiça do Núcleo da Infância e da Juventude	24 e 25.8.2023	Dourados - Campo Grande - Dourados	Veículo particular	Participar do evento "Aspectos Multidisciplinares da Efetivação à Proteção Integral de Crianças e Adolescentes"	-	1,5	R\$ 1.606,97
079123672023	Jui Bueno Nogueira	Promotor de Justiça	1º.10.2023	Três Lagoas - Água Clara - Três Lagoas	Veículo particular	Fiscalizar eleição do Conselho Tutelar	-	1	R\$ 1.071,31
079123752023	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar / Motorista	4 a 6.10.2023	Campo Grande - Bodoquena e Aquidauana - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Luis Henrique Zaidan Blecha e Cenir Teodoro Vieira para realizarem vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 2.522 e 3.421	-	2,5	R\$ 964,55
079122912023	Mohamed Santos Ibrahim	Auxiliar / Motorista	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Sidrolândia - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Roberli Correa Pires, Guilherme Afonso Espindola, Emerson Alves Gomes e Carlos Reginaldo da Silva Albuquerque para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
079122972023	Emanuelly Martins Atanasio da Silva	Analista / Arquitetura	4.10.2023	Campo Grande - Bandeirantes - Campo Grande	Veículo oficial	Visitar imóveis para eventual locação para abrigar a Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 241,14
079123032023	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar / Motorista	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Ivinhema - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Adailton José de Araujo, Leonardo Figueiredo Ajala, Osvaldir Antonio da Silva e Allan dos Santos Farias para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
079123492023	Andréa de Souza Resende	Promotora de Justiça	1º.10.2023	Ponta Porã - Antônio João - Ponta Porã	Veículo particular	Fiscalizar eleição do Conselho Tutelar	-	1	R\$ 791,58
079087242023	Rafaela Dutra Marques	Assessora Jurídica	22 a 24.6.2023	Dourados - Campo Grande - Dourados	Valor em pecúnia (3º do art. 10 da Resolução n. 32/2023-PGJ, de 14.8.2023)	Acompanhar a Promotora de Justiça Fabírcia Barbosa Lima no encontro regional da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	R\$ 195,70	2	R\$ 771,64
079118682023	Paulo Barbiero Dorigão	Técnico II	15.9.2023	Sidrolândia - Maracaju - Sidrolândia	Veículo oficial	Cumprir diligência	-	0,5	R\$ 192,91
079123962023	Vitor Avila Barsotti	Analista / Geologia	17 a 20.10.2023	Campo Grande - Camapuã e Rio Verde de Mato Grosso - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 2.785, 3.784, 3.786 e 3.792	-	3,5	R\$ 1.687,98
079123972023	Luis Henrique Zaidan Blecha	Analista / Engenharia Agrônoma	17 a 20.10.2023	Campo Grande - Camapuã e Rio Verde de Mato Grosso - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 2.785, 3.784, 3.786 e 3.792	-	3,5	R\$ 1.687,98
079125312023	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	Promotora de Justiça	6.10.2023	Naviraí - Campo Grande - Naviraí	Veículo particular	Participar do curso "Atendimento Empático de Vítimas de Delitos"	-	1	R\$ 1.017,75
079125722023	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	1º.10.2023	Paranaíba - Inocência - Paranaíba	Veículo oficial	Fiscalizar eleição do Conselho Tutelar	-	0,5	R\$ 282,71
079125802023	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	18.9.2023	Anastácio - Dois Irmãos do Buriti - Anastácio	Veículo particular	Realizar atendimento ao público e manifestar-se em processos e procedimentos	-	0,5	R\$ 395,79
079125812023	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	20.9.2023	Anastácio - Dois Irmãos do Buriti - Anastácio	Veículo particular	Realizar atendimento ao público e manifestar-se em processos e	-	0,5	R\$ 395,79



						procedimentos			
079125832023	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	21.9.2023	Anastácio - Dois Irmãos do Buriti - Anastácio	Veículo particular	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	0,5	R\$ 395,79
079123982023	Lucas Ramos da Costa	Assessor Jurídico	1º.10.2023	Sidrolândia - Maracaju - Sidrolândia	Veículo oficial	Cumprir diligências	-	0,5	R\$ 192,91
079123862023	Adilson Arruda Leão	Auxiliar / Motorista	5.10.2023	Aparecida do Taboado - Cassilândia - Aparecida do Taboado	Veículo oficial	Entregar e recolher materiais permanentes	-	0,5	R\$ 192,91
079124542023	Daiane Wendling Mallmann	Assessora Jurídica	1º.10.2023	Sidrolândia - Maracaju - Sidrolândia	Veículo oficial	Cumprir diligências	-	0,5	R\$ 192,91
079124592023	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar / Motorista	4.10.2023	Campo Grande - Bandeirantes - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Emanuely Martins Atanasio da Silva para visitar imóveis para eventual locação para abrigar a Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 192,91
079123382023	Marcos da Silva Flores	Auxiliar / Motorista	1º.10.2023	Três Lagoas - Selvíria - Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir o servidor Sydney Ferreira Ribeiro Junior e o policial militar Saulo Jesuino dos Santos para acompanharem eleição do Conselho Tutelar	-	1	R\$ 385,82
079123202023	Carlos Alberto Cantú	Auxiliar / Motorista	1º.10.2023	Ivinhema - Angélica - Ivinhema	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki para fiscalizar eleição do Conselho Tutelar	-	0,5	R\$ 192,91
079122722023	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	2 a 6.10.2023	Campo Grande - Cassilândia e Chapadão do Sul - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar e recolher materiais permanentes	-	4,5	R\$ 1.736,19
079121542023	Valdir Alves de Oliveira	Policial Militar	26.9.2023	Sete Quedas - Paranhos - Sete Quedas	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	0,3	R\$ 115,75
071055892023	Romão Avila Milhan Junior	Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo	25 a 27.9.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar de reunião no CNMP e no Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG)	R\$ 3.618,75	3	R\$ 3.383,10
071027042023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.087/2023/PGA-ADM, de 2.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010270-4	-	3	R\$ 1.157,46
071027042023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.087/2023/PGA-ADM, de 2.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010270-4	-	3	R\$ 1.157,46
079125182023	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar / Motorista	17 a 20.10.2023	Campo Grande - Camapuã e Rio Verde de Mato Grosso - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Luis Henrique Zaidan Blecha e Vitor Ávila Barsotti para realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 2.785, 3.784, 3.786 e 3.792	-	3,5	R\$ 1.350,37
079125902023	Ariadne de Fátima Cantú da Silva	Procuradora de Justiça	17 e 18.8.2023	Campo Grande - Dourados - Campo Grande	Veículo oficial	Participar do encontro regional do MPMS em Dourados sobre atuação resolutiva no ANPP e no ANPC	-	1,5	R\$ 1.315,65
079125392023	Gabriela Bernardes Lima	Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia	9 e 10.10.2023	Campo Grande - Nova Alvorada do Sul - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviços de manutenção predial	-	1,5	R\$ 578,73
079125742023	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	5.10.2023	Paranaíba - Inocência - Paranaíba	Veículo oficial	Manifestar-se em processos e procedimentos, realizar visita ao abrigo municipal e participar de reunião com Conselheiras Tutelares	-	0,5	R\$ 282,71
079125772023	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	4.9.2023	Anastácio - Dois Irmãos do Buriti - Anastácio	Veículo particular	Realizar diligências	-	0,5	R\$ 395,79
079126492023	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	27.9.2023	Anastácio - Dois Irmãos do Buriti - Anastácio	Veículo oficial	Realizar inspeção em estabelecimento penal e participar de reunião com representantes do CMDCA	-	0,5	R\$ 282,71
079125952023	Mariana Sleiman Gomes	Promotora de Justiça	18.9.2023	Nioaque - Guia Lopes da Laguna e Jardim - Nioaque	Veículo oficial	Realizar visita em instituição de acolhimento	-	1	R\$ 565,42
079126032023	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	Promotor de Justiça	3.10.2023	Dourados - Campo Grande - Dourados	Veículo particular	Participar de reunião com a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do MPMS	-	1	R\$ 1.071,32
079126292023	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	9 e 10.10.2023	Campo Grande - Nova Andradina - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Carlos Eduardo Rodrigues dos Santos, Rodrigo Lescano de Paula e Igor do Nascimento de Aquino para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	1	R\$ 385,82
79124272023	Helton Fonseca Bernardes	Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público e Coordenador do CAO das PJs Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial	31.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar do workshop "Fomento à cobrança da pena de multa pelo Ministério Público"	R\$ 3.601,11	1	R\$ 1.127,70
079126182023	Luciana do Amaral Rabelo	Promotora de Justiça	5 e 6.10.2023	Campo Grande - Belo Horizonte/MG - Campo Grande	Avião	Participar do Congresso Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri	-	2	R\$ 2.380,70
079126052023	Moisés Casarotto	Promotor de Justiça	5 e 6.10.2023	Três Lagoas - Campo Grande - Três Lagoas	Veículo particular	Participar de encontro do Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais (GNACE)	-	2	R\$ 2.142,64
079127922023	Daniel Higa de Oliveira	Promotor de Justiça	27.9.2023	São Gabriel do Oeste - Sonora - São Gabriel do Oeste	Veículo particular	Realizar visita técnica em Delegacia de Polícia e casa de acolhimento	-	0,5	R\$ 508,88



079127932023	Livia Carla Guadanhim Bariani	Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do Nojúri	5 e 6.10.2023	Campo Grande - Belo Horizonte/MG - Campo Grande	Avião	Participar do Congresso Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri	-	2	R\$ 2.380,70
079127582023	Carlos Augusto Bispo de Oliveira	Auxiliar / Motorista	16 a 20.10.2023	Campo Grande - Ivinhema - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir funcionários terceirizados da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
079128362023	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar / Motorista	19 e 20.10.2023	Campo Grande - Bandeirantes e Chapadão do Sul - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Anderson Teodoro para realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 3.356 e 3.729	-	1,5	R\$ 578,73
079128742023	Carlos Humberto Inastoque Silva	Auxiliar / Motorista	16 a 20.10.2023	Bonito - Aquidauana e Anastácio - Bonito	Valor em pecúnia (3º do art. 10 da Resolução n. 32/2023-PGJ, de 14.8.2023)	Prestar serviços nas Promotorias de Justiça	R\$ 115,66	4,5	R\$ 1.736,19
079127042023	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar / Motorista	16 a 18.10.2023	Campo Grande - Aquidauana - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Carlos Eduardo Rodrigues dos Santos, Rodrigo Lescano e Ueslei Gomes para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	2,5	R\$ 964,55
079127432023	Joécio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	19 e 20.10.2023	Campo Grande - Corumbá - Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar os trabalhos realizados pelo Gacep	-	1,5	R\$ 578,73
079128922023	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	17.10.2023	Paranaíba - Inocência - Paranaíba	Veículo particular	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	0,5	R\$ 452,33
079129042023	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	24 e 25.8.2023	Anastácio - Campo Grande - Anastácio	Veículo particular	Participar do evento "Aspectos Multidisciplinares da Efetivação à Proteção Integral de Crianças e Adolescentes"	-	1,5	R\$ 1.526,63
079125932023	Ariadne de Fátima Cantú da Silva	Procuradora de Justiça	25.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar de reuniões para tratar de assuntos institucionais e entregar memoriais aos Ministros e Chefes de Gabinetes do Superior Tribunal de Justiça	R\$ 4.981,11	1	R\$ 1.127,70
079119102023	Carlos Humberto Inastoque Silva	Auxiliar / Motorista	25 a 29.9.2023	Bonito - Aquidauana e Anastácio - Bonito	Valor em pecúnia (3º do art. 10 da Resolução n. 32/2023-PGJ, de 14.8.2023)	Prestar serviços nas Promotorias de Justiça	R\$ 115,66	4,5	R\$ 1.736,19
079123232023	Sydnei Ferreira Ribeiro Junior	Analista / Psicologia	1º.10.2023	Três Lagoas - Selvíria - Três Lagoas	Veículo oficial	Acompanhar eleição do Conselho Tutelar	-	1	R\$ 482,28
079125222023	Carlos Gonzalez Fernandes	Auxiliar / Motorista	3.10.2023	Campo Grande - Rio Negro - Campo Grande	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	1	R\$ 385,82
079125232023	Carlos Gonzalez Fernandes	Auxiliar / Motorista	4.10.2023	Campo Grande - Rio Negro - Campo Grande	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	1	R\$ 385,82
079126142023	Mariana Silva Martins	Assessora Jurídica	19 e 20.10.2023	Campo Grande - Corumbá e Ladário - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk na realização de visitas técnicas a Delegacias de Polícia, unidades da Polícia Militar e Perícia Criminal	-	1,5	R\$ 578,73
79126162023	Mariana Silva Martins	Assessora Jurídica	31.10 e 1º.11.2023	Campo Grande - Três Lagoas e Selvíria - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk na realização de visitas técnicas a Delegacias de Polícia, unidades da Polícia Militar e Perícia Criminal	-	1,5	R\$ 578,73
079126512023	Bruno Dantas Sanchez	Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio	8 a 10.10.2023	Campo Grande - Nova Andradina - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviços de manutenção predial e dar suporte durante a substituição dos equipamentos de informática	-	2,3	R\$ 1.109,24
079126592023	Sydnei Ferreira Ribeiro Junior	Analista / Psicologia	9.10.2023	Três Lagoas - Selvíria - Três Lagoas	Veículo oficial	Cumprir diligência	-	0,5	R\$ 241,14
079126662023	Marcos da Silva Flores	Auxiliar / Motorista	9.10.2023	Três Lagoas - Selvíria - Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir o servidor Sydnei Ferreira Ribeiro Junior para cumprir diligência	-	0,5	R\$ 192,91
079126942023	Anderson Teodoro	Analista / Engenharia Ambiental	19 e 20.10.2023	Campo Grande - Bandeirantes e Chapadão do Sul - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico nºs 3.356 e 3.729	-	1,5	R\$ 723,42
079127362023	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	6.10.2023	Campo Grande - Nioaque - Campo Grande	Veículo oficial	Entregar materiais permanentes, bem como conduzir o funcionário terceirizado Edson Luiz Cuevas para entregar, montar e recolher os materiais permanentes	-	0,5	R\$ 192,91
079127402023	Anderson Fernandes	Auxiliar / Motorista	8 a 10.10.2023	Campo Grande - Nova Andradina - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Dantas Sanchez e funcionários terceirizados da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	2,3	R\$ 887,39
79127772023	Raíssa Bernardino Campos	Técnica I	30 e 31.10.2023	Campo Grande - Jardim e Bonito - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar levantamento in loco para substituição de materiais permanentes	-	1,5	R\$ 578,73
079127972023	Carlos Gonzalez Fernandes	Auxiliar / Motorista	17 a 20.10.2023	Campo Grande - Amambai - Campo Grande	Veículo oficial	Auxiliar os trabalhos realizados pelo Gecoc	-	3,3	R\$ 1.273,21



079128052023	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	9 e 10.10.2023	Campo Grande - Nova Alvorada do Sul - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Gabriela Bernardes Lima e funcionários terceirizados da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. para realizarem as manutenções necessárias no prédio da Promotoria de Justiça	-	1,5	R\$ 578,73
079128062023	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	16 a 20.10.2023	Campo Grande - Sidrolândia - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir funcionários da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
79128162023	Elias Vitorino Filho	Auxiliar / Motorista	30 e 31.10.2023	Campo Grande - Jardim e Bonito - Campo Grande	Veículo oficial	Realizar levantamento in loco para substituição de materiais permanentes	-	1,5	R\$ 578,73
079128772023	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	17.10.2023	Jardim - Porto Murtinho - Jardim	Veículo oficial	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	1	R\$ 565,42
079129922023	Leandro Alexandre da Cruz	Policial Militar	21 e 22.9.2023	Campo Grande - Coxim - Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	2	R\$ 771,64
079126112023	Paulo Barbiero Dorigão	Técnico II	1º.10.2023	Sidrolândia - Maracaju - Sidrolândia	Veículo oficial	Cumprir diligências	-	1	R\$ 385,82
079125292023	Carlos Henrique Saldanha Guasso	Assessor Jurídico	1º.10.2023	Coxim - Alcínópolis - Coxim	Veículo oficial	Acompanhar eleição do Conselho Tutelar	-	1	R\$ 385,82
079119092023	Carlos Humberto Inastoque Silva	Auxiliar / Motorista	11 a 15.9.2023	Bonito - Aquidauana e Anastácio - Bonito	Valor em pecúnia (3º do art. 10 da Resolução n. 32/2023-PGJ, de 14.8.2023)	Prestar serviços nas Promotorias de Justiça	R\$ 113,51	4,5	R\$ 1.736,19
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	2	R\$ 771,64
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	2	R\$ 771,64
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	2	R\$ 771,64
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	2	R\$ 771,64
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	2	R\$ 771,64
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	1,5	R\$ 578,73
071062112023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.137/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010621-1	-	1,5	R\$ 578,73
071072982023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.154/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010729-8	-	1	R\$ 385,82
071072982023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.154/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010729-8	-	1	R\$ 385,82
071073002023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.153/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010730-0	-	1	R\$ 385,82
071073002023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.153/2023/PGA-ADM, de 16.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010730-0	-	1	R\$ 385,82
079128622023	Humberto Lapa Ferri	Promotor de Justiça	25.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar de reunião para tratar de assuntos institucionais	R\$ 4.981,11	1	R\$ 1.071,32
079129222023	Renzo Siufi	Promotor de Justiça	5 e 6.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar da 67ª Reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP)	-	2	R\$ 2.380,70
079129992023	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	Promotor de Justiça	14.9.2023	Bandeirantes - Camapuã - Bandeirantes	Veículo particular	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	1	R\$ 791,58
079130242023	Thiago Barbosa da Silva	Promotor de Justiça	28.9.2023	Amambai - Coronel Sapucaia - Amambai	Veículo oficial	Participar de sessão do Tribunal do Júri	-	0,5	R\$ 282,71
079130262023	Thiago Barbosa da Silva	Promotor de Justiça	18.10.2023	Amambai - Coronel Sapucaia - Amambai	Veículo oficial	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 282,71
079130582023	Andre Luiz de Godoy Marques	Promotor de Justiça	19.10.2023	Mundo Novo - Iguatemi - Mundo Novo	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 395,79
079130762023	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar / Motorista	23 a 27.10.2023	Campo Grande - Anastácio, Miranda e Corumbá - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Gabriela Bernardes Lima e funcionários terceirizados da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda. para realizarem as manutenções necessárias nos prédios das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
079130972023	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	18.10.2023	Campo Grande - Caarapó - Campo Grande	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	0,5	R\$ 192,91
079131022023	Joélcio da Costa	Auxiliar /	31.10 e	Campo Grande - Três	Veículo	Conduzir a Promotora de Justiça	-	1,5	R\$ 578,73



	Guimarães	Motorista	1º.11.2023	Lagoas e Selvíria - Campo Grande	oficial	Luciana Moreira Schenk e a servidora Mariana Silva Martins para realizarem visitas técnicas em Delegacias de Polícia, unidades da Polícia Militar e Perícia Criminal			
079124302023	Jair de Andrade Silva	Policial Militar	1º.10.2023	Fátima do Sul - Jatéf - Fátima do Sul	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	0,5	R\$ 192,91
079124612023	Myrian Raquel Rodrigues da Silva	Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação	24 a 26.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar da 7ª edição do Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecossistema de Justiça - Judiciário Exponencial (Expojud)	R\$ 2.416,55	3	R\$ 2.315,04
079129962023	Cristiane Conceição Rocha	Auxiliar / Motorista	23 a 27.10.2023	Campo Grande - Sidrolândia - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Guilherme Afonso Espindola, Emerson Alves Gomes e Nildo Domingos de Moraes para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
079130532023	Gabriela Bernardes Lima	Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia	23 a 27.10.2023	Campo Grande - Anastácio, Miranda e Corumbá - Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviços de manutenção predial	-	4,5	R\$ 1.736,19
079130722023	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	16.10.2023	Jardim - Porto Murtinho - Jardim	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	-	1	R\$ 385,82
079130732023	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	17.10.2023	Jardim - Porto Murtinho - Jardim	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para participar de sessão do Tribunal do Júri	-	1	R\$ 385,82
079130742023	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	19.10.2023	Jardim - Porto Murtinho - Jardim	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para substituição	-	1	R\$ 385,82
071099522023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.160/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010995-2	-	2,3	R\$ 887,39
071099522023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.160/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010995-2	-	2,3	R\$ 887,39
071099522023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.160/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010995-2	-	2,3	R\$ 887,39
071099632023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.161/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010996-3	-	0,5	R\$ 192,91
071099632023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.161/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010996-3	-	0,5	R\$ 192,91
071099742023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.162/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010997-4	-	2	R\$ 771,64
071099742023	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Sigiloso	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 1.162/2023/PGA-ADM, de 19.10.2023, no Processo SAJMP nº 09.2023.00010997-4	-	2	R\$ 771,64
079131752023	Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	Promotor de Justiça, Assessor Especial do PGJ, Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica e Coordenador do Nupia	17 e 18.8.2023	Campo Grande - Dourados - Campo Grande	Veículo particular	Participar do encontro regional do MPMS em Dourados sobre atuação resolutiva no ANPP e no ANPC	-	2	R\$ 2.142,64
079130752023	Pedro Mendes Vieira	Policial Militar	1º.10.2023	Coxim - Alcínópolis - Coxim	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	1	R\$ 385,82
079131172023	Jorge Charbel Berto Nasralla	Assessor Jurídico	25.10.2023	Campo Grande - Chapadão do Sul - Campo Grande	Veículo particular	Acompanhar o Promotor de Justiça Douglas Oldegaro Cavalheiro dos Santos para realizar atividades juntos ao Gacep	-	1	R\$ 385,82
079131462023	Saulo Jesuino dos Santos	Policial Militar	1º.10.2023	Três Lagoas - Selvíria - Três Lagoas	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	-	1	R\$ 385,82
071127352023	Alexandre Magno Benites de Lacerda	Procurador-Geral de Justiça	24 a 26.10.2023	Campo Grande - Brasília/DF - Campo Grande	Avião	Participar da 9ª reunião ordinária do CNPG e de reuniões para tratar de assuntos institucionais	R\$ 5.388,21	2,5	R\$ 2.819,25
079124282023	Joel Gonçalves Coelho	Auxiliar / Motorista	1º.10.2023	Coxim - Alcínópolis - Coxim	Veículo oficial	Acompanhar eleição do Conselho Tutelar	-	1	R\$ 385,82
079102292023	Renata Gomes Carpes	Assessora Jurídica	17 e 18.8.2023 (complementação)	Campo Grande - Dourados - Campo Grande	Veículo oficial	Participar do encontro regional do MPMS em Dourados sobre atuação resolutiva no ANPP e no ANPC	-	0,5	R\$ 192,91
079130372023	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	17.10.2023	Campo Grande - Nova Alvorada do Sul - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Gervásio José Júnior, Daniel de Souza Brito e Neivan da Silva Avellar para realizarem as manutenções necessárias no prédio da Promotoria de Justiça	-	0,5	R\$ 192,91
079130382023	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	18 e 19.10.2023	Campo Grande - Maracaju e Bonito - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o funcionário terceirizado Fernando Matheus Santos Leão para entregar, montar e recolher materiais permanentes	-	1,5	R\$ 578,73



079132232023	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	23 a 27.10.2023	Campo Grande - Ivinhema - Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Adailton José de Araujo, Leonardo Figueiredo Ajala, Allan dos Santos Farias e Cícero Francisco da Silva para realizarem as manutenções necessárias no prédio das Promotorias de Justiça	-	4,5	R\$ 1.736,19
079132832023	Andréa de Souza Resende	Promotora de Justiça	19.10.2023	Ponta Porã - Antônio João - Ponta Porã	Veículo particular	Participar de audiências	-	0,5	R\$ 395,79
TOTAIS							R\$ 40.133,38		R\$ 169.446,70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS

Processo nº 09.2023.00005513-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites Lacerda**;
- 2- **MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, representada por **Sandro Trindade Benites**.

Amparo legal: Artigo 129, IX da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Acrescentar nova atribuição ao Termo de Cooperação Técnica, em sua Cláusula Terceira, item 3.1. Da Secretaria Municipal de Saúde – SESA, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 13.11.2023 até 26.04.2026.

Data de assinatura: 13 de novembro de 2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00008618-2

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **ULTRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, representada por **Cesar Eduardo Viana Ramos**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços DER-ES nº 008/2022, do Pregão nº 023/2021, oriunda do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES, Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI, Governo do Estado do Espírito Santo - Proc. Nº 2021-RFLDH.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega do objeto do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, e a prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 14.11.2023 a 08.12.2024.

Data de assinatura: 14 de novembro de 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINAS 5 E 6, E NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 11.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA**, representada por **Diogo de Souza Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 150 micras. Embalagem: rolo de 4 metros de largura x 100 m de comprimento. Marca: Lonax.	Unidade	70	264,00
4	Protetor para piso em rolos de 1 metro de largura por 25 metros de comprimento, confeccionado em papel Kraft integrado/laminado com plástico bolha de alta resistência (polietileno), para aplicação em obras visando proteção de pisos cerâmicos e porcelanato. Marca: Salvabras.	Unidade	50	199,00
5	Disco de corte para inox, produto reforçado com 2 telas, de alto desempenho: diâmetro: 115,0 mm (4 1/2"), espessura: 1,0 mm, eixo: 22,23 mm (7/8"), certificação: ABNT NBR 15.230 EN 12413, suporta: 13.300 rpm 80 m/s. Marca: Lotus.	Unidade	430	2,50
6	Fita crepe medindo entre 48 e 50 mm de largura, resistência a tração 3,5 kgf/19 mm, alongamento de 9 %, espessura mínima 0,11 mm, resistente a temperatura de 80°C por 40 minutos, dorso de papel crepe, adesivo a base de borracha e resina. Rolo com 50 metros. Marca: Adere.	Unidade	940	10,56
7	Trincha média extra macio para pintura, de 1", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	160	4,67
8	Trincha média extra macio para pintura, de 2", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	280	6,93
9	Trincha média extra macio para pintura, de 3", cerdas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	260	12,90
12	Rejunte para porcelanato, cor cinza outono, uso interno e externo. Uso indicado para porcelanatos, cerâmicas, pedras naturais e pastilhas. Validade do produto de, no mínimo, 10 meses a partir data de fabricação. Embalagem de 1 kg. Marca: Fortaleza.	Unidade	60	35,00
27	Rolo confeccionado em pele de carneiro de alta qualidade. Lã com 22 mm de altura. Indicação de uso: pinturas em áreas semi-rugosas. Indicado para tintas látex, acrílica, PVA, óleo e esmalte em superfícies semirugosas. Marca: Compel.	Unidade	100	15,00
29	Argamassa colante flexível, tipo ACIII, para sobreposição e assentamento de porcelanatos, cerâmicos, mármore e granitos, para uso interno e externo, atendendo a NBR 14.081. Embalagem plástica de 20 kg. Validade de, no mínimo, 11 meses. Marca: Fortaleza.	Unidade	150	34,42
31	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto forno e classe de resistência 32 (CP II-E – 32). Saco de 50 kg. Marca: Itau.	Unidade	540	45,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 7, E NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 6.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CLENEX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Cleide Aparecida dos Santos Fraga Miranda**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Trincha média extra macio para pintura, de 4”, cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas.	Unidade	210	18,13
13	Tinta para demarcação de piso, cor amarela, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184. Retro refletiva. Lata de 18 litros, rendimento médio de 30 a 40 m², diluição de até 20 %. Marca: Waibor.	Unidade	20	333,50
14	Tinta para demarcação de piso, cor branca, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184. Retro refletiva. Lata de 18 litros, rendimento médio de 30 a 40 m², diluição de até 20 %. Marca: Waibor.	Unidade	20	333,50
15	Esmalte base solvente, acabamento fosco, cor preta, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. Conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92. Galão de 3,6 litros, rendimento médio de 70 m². Marca: Universo.	Unidade	120	126,15

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINAS 7 E 8, E NO DOMP-MS Nº 2.955 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 7.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Módulo interruptor simples de 10 A, 250 V, branco, fabricado em plástico ABS, atendendo a norma NBR NM 60669-1, marca Legrand, linha Zeffia, cód.: 680150, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	200	7,80
17	Módulo tomada 10 A 2P+T, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680160, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	3640	7,50
18	Módulo tomada 20 A 2P+T, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680161, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	210	10,20
19	Placa 4x2 para 1 módulo horizontal, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680181, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	2270	3,00
20	Placa 4x2 para 2 módulos horizontais, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680182, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	760	3,00
24	Relé fotoelétrico com conector padrão NBR-5123 para acionamento de lâmpadas elétricas de sistemas em geral, tensão nominal bivolt, com janela, frequência 50/60 hz, potência 1800 VA / 1000 W, tipo NF, proteção contra corrente de partida, proteção contra poeira e umidade (IP54). Marca: Qualitronix.	Unidade	260	18,10
25	Suporte para relé - base para relé fotoelétrico, em ABS, com suporte metálico, copo em copolímero polipropileno, terminais de encaixe em latão estanhado, soquete em nylon com 30 % de fibra de vidro, intercambiabilidade total, tensão bivolt. Ligação a 3 fios 1,5 mm² com 25 cm de comprimento sendo: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho). Marca: Mapetron.	Unidade	200	10,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 8, E NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 8.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A DE N P OLIVEIRA**, representada por **Ariane de Nazaré Palheta Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
21	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750 V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Garantia de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ligcabos.	Unidade	30	328,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 9, E NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 9.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **ADRIANO HALAMA**, representada por **Adriano Halama**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
26	Cabo UTP cat. 6, capa externa em PVC, na coloração azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelho ou cinza. Impedância característica de $100 \omega \pm 15 \% \omega$; com 4 pares trançados de condutores sólidos de cobre nu 100 % (23 AWG), isolados em polietileno especial, com código de cores. Certificação Anatel impressa na capa, além de impressão que conste identificação do fabricante, marca do produto e sistema de rastreabilidade que permita detectar a data de fabricação dos cabos. Produto em conformidade com a diretiva rohs. Inclusive certificado de performance elétrica pela UL ou ETL e de flamabilidade (UL Listed ou ETL Listed). Caixa com, no mínimo, 300 m. Garantia de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Norphel.	Unidade	200	847,44

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 9, E NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 10.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **MIX REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA**, representada por **Ana Paula da Silva Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
28	Refletor de LED mínimo 100 W, com fluxo luminoso igual ou superior a 9500 lumens, bivolt, blindado, com isolamento IP 66 ou superior, corpo em alumínio e vidro temperado, ângulo 120º, parafuso em aço inox, cor 6000 K ou superior (branca fria), vida útil superior a 20.000 h. Marca: Iluminim.	Unidade	100	60,12

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 35, E NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINAS 24 E 25.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MALU DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, representada por **Maria Luzia Lima Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Esmerilhadeira angular, diâmetro do disco de 4 ½"-5" polegadas (115- 125mm), rotação de 9.000RPM ou superior, guarda de proteção ajustável sem chave, gatilho de dois dedos com trava de segurança, caixa de engrenagem fabricado em alumínio, acompanhado de maleta para transporte da mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	7	2.570,35
4	Pistola de calafetagem, com controle eletrônico de velocidade, iluminação, punho emborrachado, indicador de sobrecarga, para tubos de 300ml, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	3	3.300,00
5	Cortadora de Asfalto/concreto, com protetor giratório, profundidade de corte mínima de 83mm, sistema de fornecimento de água lateral, transmissão em metal sem correia, empunhadura frontal emborrachada, velocidade mínima de 6.600RPM, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 04 baterias 60V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	2	5.200,00
16	Broca longa para concreto 12 mm x 300 mm de comprimento total, encaixe cilíndrico, (ponta de metal vídea), em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: MTX.	Unidade	150	30,00
22	Misturador de tinta/massa, com encaixe cilindro, diâmetro de hélice de no mínimo de 60mm, capacidade de mistura de 12 – 15kg, fabricado em aço carbono, comprimento mínimo de 400mm. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: MTX.	Unidade	2	60,00
24	Kit de serra copo, com guia, fabricado em aço e dentes diamantados, para uso em madeira; metal; plástico, contendo 6 medidas (16mm, 20mm, 25mm, 32mm, 40mm e 51mm), com encaixe cilindro, acompanhado de maleta de transporte. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	5	455,00
25	Kit de serra copo, com guia, fabricado em aço e dentes diamantados, para uso em alvenaria, contendo 6 medidas (16mm, 20mm, 25mm, 32mm, 40mm e 51mm), com encaixe cilindro, acompanhado de maleta de transporte. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	2	550,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 36, E NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO 2023, PÁGINA 22.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **REDNOV FERRAMENTAS LTDA.**, representada por **Lenilso Luís da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
6	Lixadeira roto orbital, empunhadura emborrachada, interruptor selado, velocidade mínima de 8.000RPM, disco de 125mm, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	3	1.599,51
7	Carregador para baterias DEWALT, com 4 posições, tecnologia de carregamento rápido, amperagem de 8AH por entrada, 127V. Modelo: DEWALT DCB104 (para carregamento das baterias existentes). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Dewalt.	Unidade	5	1.603,74
9	Bateria para equipamentos DEWALT, 60 MAX, amperagem de 6,0 ah, do tipo íons de lítio, com marcador de nível de carga de 3 LEDs, carcaça em polipropileno. Modelo: DEWALT DCB606 (para utilização nas ferramentas já existentes no almoxarifado). Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Dewalt.	Unidade	10	997,82

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINAS 36 E 37, E NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINAS 22 E 23.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA.**, representada por **Diogo de Souza Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Martelete perfurador rompedor, rotação de 1.500RPM ou superior, energia de impacto de 2,6 joules, encaixe em SDS Plus, capacidade de concreto de 26mm e aço de 13mm, empunhadura emborrachada, interruptor de energia variável com trava de segurança, freio eletrônico, embreagem do tipo mecânica, limitador de profundidade, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	7	1.990,00
8	Bateria para equipamentos DEWALT, 20V MAX, amperagem de 5,0 ah, do tipo íons de lítio, com marcador de nível de carga de 3 LEDs, carcaça em polipropileno. Modelo: DEWALT DCB205 (para utilização nas ferramentas já existentes no almoxarifado). Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Dewalt.	Unidade	20	565,00
13	Esmerilhadeira angular a bateria, com encaixe duplo para bateria, para disco de 230mm, no mínimo 6.000RPM, resistente a água e poeira, controle automático do torque, freio instantâneo, capa de proteção do disco, punho lateral emborrachado, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante do item, chave para troca de disco, carregador compatível bivolt e 02 baterias 18V ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	10	4.236,00
14	Escada telescópica multifuncional fabricada em alumínio, com sapatas de borracha e sistema de segurança com travas. Deve possuir encaixe para as mãos no penúltimo degrau para que possa ser transportada. 13 degraus. Extensível até 3,8 metros. Peso suportado até 150 kg, Dimensão fechada: 80 cm x 48 cm x 9 cm, Dimensão Esticada: 380 cm x 48 cm x 9 cm, Peso aproximado: 11,20 kg, em atendimento a todas as normas da ABNT NBR 16.308. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Lumi.	Unidade	40	1.200,00
17	Broca para concreto 8 mm x 300 mm de comprimento total, encaixe cilíndrico, (ponta de metal vídea), em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	150	15,00
18	Broca do tipo cilíndrica, multimaterial (tijolos, blocos, telhas, metais, madeiras, plásticos e mármore), diâmetro de 6mm, comprimento total de no mínimo 90mm, compatível com todos os tipos de furadeiras, em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	150	12,00
20	Broca do tipo cilíndrica, multimaterial (tijolos, blocos, telhas, metais, madeiras, plásticos e mármore), diâmetro de 10mm, comprimento total de no mínimo 120mm, compatível com todos os tipos de furadeiras, em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	50	35,00
21	Estilete para uso profissional, do tipo trapezoidal retrátil, com lâmina de troca rápida, corpo emborrachado, fabricado em material de alta resistência, armazenamento interno de lâminas, acompanhado de 30 lâminas compatíveis para substituição. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	30	70,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 38, E NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 24.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **I C DE SOUSA COMÉRCIO E SERVIÇOS**, representada por **Israel Carvalho de Sousa**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Rotulador eletrônico, portátil, compatível com fitas de 12mm, teclado QWERTY, display LCD de 12 caracteres, impressão de até 2 linhas, com cortador manual, tecnologia de impressão térmica, funcionamento de 4 pilhas AAA, acompanhado de 10 fitas de 12mm de fundo amarelo. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Brother.	Unidade	5	600,00
19	Broca do tipo cilíndrica, multimaterial (tijolos, blocos, telhas, metais, madeiras, plásticos e mármore), diâmetro de 8mm, comprimento total de no mínimo 120mm, compatível com todos os tipos de furadeiras, em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: MTX.	Unidade	150	10,50
23	Kit de acessórios para martetele, com encaixe SDS PLUS, contendo 10 peças (1 Broca 5 x 160mm, 1 Broca 5.5 x 160mm, 1 Broca 6 x 160mm, 1 Broca 6.5 x 160mm, 1 Broca 8 x 160mm, 1 Broca 10 x 160mm, 1 Broca 12 x 160mm, 1 Broca 16 x 160mm, 1 Ponteiro 160mm, 1 Talhadeira 20 x 160mm), brocas de videia. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	10	195,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 75/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismos, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 06.2023.00001253-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Waldir Neves Barbosa.

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da atividade de barramento na propriedade rural denominada Rancho WN, objeto do processo n. 83/019157/2023, instaurado pelo IMASUL, e as devidas providências para sua regularização.

Campo Grande, 09 de Novembro de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 0012/2023/43PJ/CGR

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001287-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. -Energisa MS (CNPJ 15.413.826/0001-50)

Assunto: Apurar eventual vício do serviço prestado à coletividade de consumidores do bairro Jardim Colúmbia, Campo Grande, consistente no fornecimento de energia elétrica com tensão nominal, para conexão trifásica, abaixo das normas técnicas e regulamentares.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0013/2023/43PJ/CGR**

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001288-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Proncor Unidade Intensiva Cardiorespiratória S.A. (CNPJ 03.121.241/0001-87)

Assunto: Apurar eventual ausência de atendimento odontológico e de cuidados à saúde bucal dispensados a consumidores que ocupam leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BELA VISTA

EDITAL N° 0064/2023/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Ru Eduardo Piot, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322 ou 2020-9323.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00011877-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A Apurar

Assunto: Registro e acompanhamento das visitas realizadas na casa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes do município de Bela Vista - Exercício de 2023.

Bela Vista/MS, 13/11/2023

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal



BONITO

EDITAL N. 0086/2023/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2023.00009664-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Fiscalizado: Aleson Alípio Cândido

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do IC 06.2020.00001320-3, entre Aleson Alípio Cândido e o MPMS, relativo a danos ambientais ocorridos na fazenda Santa Rosa - Parte 3.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000742-4.

NOTICIANTE: Ministério Público do MS.

INTERESSADO: O Município de Glória de Dourados MS.

OBJETO: Apurar a regularidade do Processo Administrativo nº 098/2023, Pregão Presencial nº 017/2023, referente a registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, controle de plantas, capinagem e rastelagem em terrenos na cidade de Glória de Dourados/MS, tendo em vista que o Município já possui em seus quadros servidores efetivos que prestam os mesmos serviços, quais seja, trabalhador braçal, lixeiro e gari..

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2023/PJ/GDS.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Glória de Dourados/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, ambos da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República, e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2023.00000742-4, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução nº 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, e do art. 25 da Constituição do



Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que tal obrigação decorre de forma cristalina dos princípios extraídos da Constituição Federal e que, uma vez constatada ofensa, deve a situação ser corrigida espontaneamente pelo agente político;

CONSIDERANDO que o regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei de Licitações confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução (art. 58, III, da Lei nº 8.666/93);

CONSIDERANDO que o Município de Glória de Dourados realizou o Pregão Presencial nº 017/2023, Processo Administrativo nº 098/2023, objetivando o *“registro de preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, controle de plantas, capinagem e rastelagem em terrenos baldios e restauração em meio fio na cidade de Glória de Dourados”*.

CONSIDERANDO que a justificativa da contratação foi de garantir melhores condições para seus munícipes, na execução dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal através das suas Secretarias na manutenção geral de canteiros, jardins, terrenos afins. Que os serviços serão realizados em locais públicos pertencentes ao Município, para manter as áreas verdes vivas, realizando cobertura de terra e de adubos.

CONSIDERANDO que foi firmada a Ata de Registro de Preços nº 008/2023 entre o Município de Glória de Dourados e a empresa JEFERSON TEIXEIRA BOM-MEI, no valor total de R\$ 136.250,00 (centro e trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais) (fls. 299/305);

CONSIDERANDO que as fls. 84 constou da especificações dos serviços a serem licitados a respectivas quantidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	SERVIÇO DE JARDINAGEM	DIÁRIA	350	135,00	47.250,00
02	CONTROLE DE PLANTAS	DIÁRIA	350	135,00	47.250,00
03	CAPINAGEM E RASTELAGEM EM TERRENOS BÁLDIOS DA CIDADE DE GLÓRIA DE DOURADOS	M²	50.000	2,90	145.000,00
04	LIMPEZA E PINTURA DE MEIO-FIO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO	M	35.000	2,66	93.100,00
TOTAL GERAL :					332.600,00

CONSIDERANDO que, analisando os serviços a serem futuramente contratados se verifica que a Administração Pública de Glória de Dourados possui em seus quadros servidores efetivos para o desempenho da função.

CONSIDERANDO que as fls. 47/48 consta que no mês de abril de 2023 há 37 servidores efetivos exercendo o cargo de trabalhador braçal, executando os seguintes serviços, segundo a descrição das atribuições as fls. 54/55:

CARGO	⇒ Trabalhador Braçal
DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DO CARGO	
Executar todo tipo de tarefa de apoio, que envolva limpeza, conservação, manutenção ou auxílio em obras e serviços.	
Descritivo de atribuições:	
14. Execução de trabalhos braçais em geral. 15. Executar serviços de limpeza e de conservação de instalações, de móveis e de utensílios em geral. 16. Manter a boa aparência, a higiene e a conservação dos locais de trabalho. 17. Coletar o lixo e acondicioná-lo em recipientes apropriados para depositá-los, posteriormente em lixeiras, em incinerador ou em outro local previamente definido. 18. Recolher e zelar pela perfeita conservação e limpeza de equipamentos e utensílios utilizados para a execução do trabalho, cuidando para evitar danos e perdas.	
19. Utilizar os equipamentos de proteção e os de segurança do trabalho. 20. Zelar pela ordem e pelo asseio do local de trabalho.	

CONSIDERANDO que as fls. 50 consta que no mesmo período há 02 servidores efetivos exercendo o cargo de lixeiro, executando os seguintes serviços, segundo a descrição das atribuições as fls. 59:

CARGO	⇒ Lixeiro
DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DO CARGO	
Executar serviços de limpeza, manutenção e conservação na coleta e separação de resíduos e lixo na municipalidade.	
Descritivo de atribuições:	
1. Executar serviços de coleta e recolhimento de lixo, entulhos e outros resíduos. 2. Assegurar que os indivíduos convivam em um ambiente limpo e organizado, diminuindo os riscos de contrair doenças. 3. Manter a boa aparência, a higiene e a conservação dos locais de trabalho. 4. Utilizar os equipamentos de proteção e os de segurança do trabalho. 5. Zelar pela ordem e pelo asseio do local de trabalho. 6. Manusear e dominar máquinas industriais e utensílios de limpeza.	

CONSIDERANDO que também consta as fls. 51 que no mesmo período há 02 servidores efetivos exercendo o cargo de gari, executando os seguintes serviços, segundo a descrição das atribuições as fls. 58/59:

CARGO	⇒ Gari
DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DO CARGO	
Executar serviços de limpeza, manutenção e conservação nos logradouros e vias públicas da municipalidade.	
Descritivo de atribuições:	
9. Executar serviços de limpeza e de conservação de instalações. 10. Manter a boa aparência, a higiene e a conservação dos locais de trabalho. 11. Utilizar os equipamentos de proteção e os de segurança do trabalho. 12. Zelar pela ordem e pelo asseio do local de trabalho. 13. Manusear e dominar máquinas industriais e utensílios de limpeza. 14. Executar tarefas de jardinagem.	



CONSIDERANDO que os serviços objetos do citado pregão presencial, quais sejam, serviço de jardinagem, capinagem e rastelagem em terrenos baldios e limpeza e pintura de meio fio se confundem com os serviços já executados pelos servidores efetivos, quais sejam, trabalhador braçal, lixeiro e gari.

CONSIDERANDO que diante da constatação, foi oficiado ao Município solicitando esclarecimento as fls. 67 no seguinte sentido:


- qual a razão da abertura do Processo Administrativo nº 098/2023, Pregão Presencial nº 017/2023 para a contratação futura de empresa para a prestação de serviços de Jardinagem, Controle de plantas, Capinagem e Rastelagem em terrenos na cidade de Glória de Dourados/MS, tendo em vista que tais serviços já são prestados pelos trabalhadores braçais, garis e lixeiros, segundo descrição de atribuição presente no Anexo V, da Lei Complementar nº 076/2020 (acrescentado pela LC nº 086/2021).

CONSIDERANDO que as fls. 72/312 aportou a resposta do ente municipal informando que:

- a abertura do Processo Administrativo foi realizada em virtude da falta de profissionais, visto que a administração pública conta com 02 garis, 02 lixeiros e 37 trabalhadores braçais para todo o município, sendo insuficiente para atender a todas as secretarias;
- último certame foram chamados todos os trabalhadores braçais. Todavia, em relação aos cargos de lixeiro e gari, não houve aprovados, razão pela qual fez-se necessário a contratação de empresa de serviços de jardinagem, controle de plantas, capinagem e rastelagem em terrenos neste município, a fim de suprir a falta de profissionais e a vasta demanda de serviços;
- que os serviços de jardinagem são funções destinadas ao cargo de gari, conforme depreende o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores Municipais de Glória de Dourados.

CONSIDERANDO que embora o Município tenha justificado as fls. 67/68 que realizou a contratação em razão da falta de profissional e a vasta demanda de serviços, se observa que no próprio procedimento licitatório a justificativa para a contratação se deu no seguinte sentido (fls. 80):

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 022/2023


Visio

De: Todas as Secretarias Municipais

Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Abertura de Processo Licitatório

Senhor Prefeito

Venho através da presente, solicitar de Vossa Excelência, abertura de processo licitatório, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de Jardinagem, Controle de plantas, Capinagem e Rastelagem em terrenos baldios na cidade de Glória de Dourados/MS.

Justifica-se a presente contratação com objetivo de garantir melhores condições para seus municípios, na execução dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal através das suas Secretarias na manutenção geral de canteiros, jardins, terrenos afins. Os serviços serão realizados em locais públicos pertencentes ao Município, para manter as áreas verdes vivas, realizando cobertura de terra e de adubos, sempre à medida que for necessário e/ou quando solicitada pela Secretaria responsável.

CONSIDERANDO que, ao que parece, os serviços jardinagem, capinagem, rastelagem em terrenos baldios,



limpeza e pintura de meio fio são inerentes a atividade-meio da Administração Pública, sendo possível eventual terceirização.

CONSIDERANDO que pelos documentos juntados aos autos se verifica que o Município de Glória de Dourados realizou licitação para terceirização do serviço público de jardinagem, capinagem e rastelagem em terrenos baldios e limpeza e pintura de meio fio embora já possua em seus quadros servidores efetivos que prestam os mesmos serviços, quais sejam, trabalhador braçal, lixeiro e gari.

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 dispõe que:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

CONSIDERANDO que acerca da terceirização da atividade-meio o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul no Processo nº 442/2013 se manifestou no seguinte sentido:

(...)

No mesmo sentido, versa a orientação sobre licitações e contratos administrativos daquele Tribunal de Contas:

"Execução indireta não tem por objeto atividades inerentes às categorias funcionais que integrem plano de cargos do órgão ou entidade contratante (g.n). São exceções os casos de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal ou quando a lei determinar o contrário."

Desse modo, podem ser notados alguns aspectos imprescindíveis para a terceirização de serviços no âmbito da Administração:

“a) em regra, ela somente pode recair sobre os serviços relativos às atividades-meio (atividades de apoio), significando que, vista a questão do lado oposto, está vedada a terceirização de serviços referenciados com as atividades-fim;

b) os serviços relativos às atividades-meio, ainda que possam ser terceirizados, dependem da constatação de que a medida efetivamente propiciará “benefício para a Administração”, cumprindo assim os princípios constitucionais da eficiência e moralidade (CF, art. 37, caput) e o da economicidade (CF, art. 70);

c) a contratação de terceiros não poderá ensejar simplesmente a substituição de servidores públicos por pessoas alheias ao “Plano de Cargos” — que realizarão os mesmos serviços dos servidores substituídos, sem qualquer justificativa constitucionalmente plausível.”. (grifei)

(...)."

CONSIDERANDO o entendimento do TCU, no sentido de que:

“quanto à viabilidade legal de terceirização de serviços pela administração pública, pode-se concluir que tal prática é lícita apenas no que diz respeito às atividades-meio dos entes públicos, não sendo cabível adotá-la para o exercício de atividades pertinentes a atribuições de cargos efetivos próprios de seus quadros.”(Processo n. TC – 020.784/2005-7, Ac. n. 1520/2006 - TCU – Plenário – Marcos Vinícios Vilaça, Ministro-Relator)” (destaque nosso)

CONSIDERANDO o entendimento do TCE/MG, no sentido de que: “É regular a terceirização na Administração Pública quando a atividade a ser desempenhada por terceirizado não for atividade-fim e não houver identidade entre as atribuições previstas para as funções licitadas e as previstas para os cargos integrantes da carreira (Denúncia nº 951643. Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO. Sessão aos 07.08.2018 – destaque nosso);

CONSIDERANDO que pelos documentos de fls. 47/51 se verifica que o Município despense aproximadamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês a título de vencimentos aos servidores efetivos de trabalhador braçal, gari e lixeiro.

CONSIDERANDO que não obstante a isso, o Município realizou licitação para registro de preço para futura contratação de prestação de serviços no valor de R\$ 136.250,00 (centro e trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais), serviços estes já prestados pelos servidores efetivos.

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 10, *caput* e inciso I e XII, da Lei nº 8.429/92, constitui ato de



improbidade administrativa, que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: **facilitar ou concorrer** por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, ou dispensá-los indevidamente; ou permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

CONSIDERANDO que a Administração Pública detém poder para anular seus próprios atos (súmula 346 do Supremo Tribunal Federal), principalmente “quando inobservado algum dos princípios ou alguma norma das normas pertinentes à licitação” (JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, Manual de direito administrativo. 27. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014);

CONSIDERANDO que a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93 e que a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei – art. 49, §§ 1º e 2º da Lei n. 8.666/93;

CONSIDERANDO, por fim, que cabe ao Ministério Público expedir Recomendação para que os poderes públicos promovam as medidas necessárias à garantia e ao respeito à Constituição Federal e normas infraconstitucionais (art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44, da Resolução nº 015/2007- PGJ);

Resolve, em defesa do patrimônio público e social:

RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Glória de Dourados, Sr. Aristeu Pereira Nantes, a fim de se evitar dano ao erário que:

- Efetue, IMEDIATAMENTE, a rescisão da Ata de Registro nº 008/2023 celebrado com a empresa JEFERSON TEIXEIRA BOM-MEI (Pregão Presencial nº 017/2023, Processo Administrativo nº 098/2023);

- ABSTENHA-SE de realizar contratação de pessoa física ou jurídica para fins de prestação de serviços de jardinagem, controle de plantas, capinagem e rastelagem em terrenos baldios e restauração em meio fio na cidade de Glória de Dourados, tendo em vista que os serviços já são executados pelos servidores efetivos, quais sejam, trabalhador braçal, lixeiro e gari;

- ABSTENHA-SE de renovar eventual contrato administrativo vigente com pessoa física ou jurídica para fins de prestação de serviços de jardinagem, controle de plantas, capinagem e rastelagem em terrenos baldios e restauração em meio fio na cidade de Glória de Dourados, tendo em vista que os serviços já são executados pelos servidores efetivos, quais sejam, trabalhador braçal, lixeiro e gari;

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Outrossim, cabe ao Município de Glória de Dourados, por intermédio de seu Prefeito Municipal, dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site oficial do Município de Glória de Dourados e no Diário Oficial.

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público e ao Presidente da Câmara Municipal de Glória de Dourados, para conhecimento.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Cumpra-se.

Glória de Dourados/MS, 13 de novembro de 2023.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR,
Promotor de Justiça.

**SETE QUEDAS**

EDITAL N° 0020/2023/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00001209-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Serra Alta V4 Participações S/A

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 18,07 hectares de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Serra Alta, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA n. 7427KYV3.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 14 de novembro de 2023.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON
Promotor de Justiça em Substituição Legal